



Anais da IX Semana da Diversidade Humana
Centro Universitário São Lucas – PORTO VELHO, RONDÔNIA – DE 07 a 09 de
outubro de 2024

RELATO DE EXPERIÊNCIA DA PERCEPÇÃO ENTRE DIREITOS
HUMANOS E SAÚDE POR USUÁRIOS E AGENTES COMUNITÁRIOS DE UBS'S

Abrahão Jacob Carvalho Cavalcante, Centro Universitário São Lucas Porto Velho,
abrahaojacobmedicine@gmail

Alan Kelvin Da Silva, Centro Universitário São Lucas Porto Velho,
alankelvinvet@gmail.com

Alyne Vasconcelos da Silva, Centro Universitário São Lucas Porto Velho
alynevasslos09@gmail.com

Amanda Sten Vicentini, Centro Universitário São Lucas Porto Velho,
amandavicentini2019@gmail.com

Ana Clara Maciel Martins, Centro Universitário São Lucas Porto Velho,
ancla.maciel@gmail.com

Ana Luísa Barreto Triverio, Centro Universitário São Lucas Porto Velho,
luisatriverio@gmail.com

Anelize Pinheiro Da Costa, Centro Universitário São Lucas Porto Velho,
anelize.pinheiro.costa@gmail.com

Anizia Lúdia Ferreira Lima, Centro Universitário São Lucas Porto Velho,
fanizialidia@gmail.com

Anthony Gabriel Araújo Monteiro, Centro Universitário São Lucas Porto Velho
anthonygabriel2002@gmail.com

Camila Bremer Vieira Cardoso Elpídio, Centro Universitário São Lucas Porto Velho
camilabremer4@gmail.com

Esther Nunes Alves, Centro Universitário São Lucas Porto Velho
tec.esthernunes@gmail.com

Rafael Ademir Oliveira de Andrade, Centro Universitário São Lucas Porto Velho
rafael.andrade@saolucas.edu.br

INTRODUÇÃO. Este trabalho foi realizado com objetivo de explorar a interseção entre direitos humanos e saúde, analisando as percepções de usuários e agentes comunitários sobre



Anais da IX Semana da Diversidade Humana
Centro Universitário São Lucas – PORTO VELHO, RONDÔNIA – DE 07 a 09 de
outubro de 2024

as ações desenvolvidas em Unidades Básicas de Saúde (UBS) de Porto Velho e a qualidade de suas operações, sendo uma reflexão realizada em disciplina extensionista no curso de Medicina de uma IES privada da Região Norte. Para isto, foram construídos e aplicados dois questionários a fim de captar não só o ponto de vista dos profissionais sobre a eficiência da promoção de saúde e gestão da qualidade de vida, mas também o conhecimento da comunidade acerca de seus direitos integrais à saúde e participação da população em programas, intervenções e campanhas. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a saúde é um direito fundamental garantido por normas e políticas de direitos humanos. Compreender como esses direitos são vivenciados na prática é crucial para aprimorar o atendimento e promover uma abordagem mais equitativa. A interação entre usuários, que frequentemente enfrentam os desafios relacionados ao acesso e qualidade dos serviços, e agentes comunitários, responsáveis pela implementação das políticas de saúde, oferece uma perspectiva valiosa sobre a eficácia das estratégias de saúde pública adotadas e a conscientização sobre direitos humanos. **OBJETIVO.** Debater dados, através da experiência vivenciada em campo por alunos do primeiro período de Medicina, da perspectiva variante entre população e servidores em unidades de saúde da família sobre Direitos Humanos e Saúde. **MATERIAL E METODOLOGIA:** A metodologia é relato de experiência que, de acordo com o dossiê temático “Pesquisa em educação: abordagens em Portugal e Brasil”, levou a conclusão que a construção do conhecimento por meio de relatos de experiência aumenta o processo de colaboração entre os estudantes e contribui para o progresso da ciência baseada em evidências. Conforme este método, é notório a melhoria no processo de validação para uso na medicina, visto que contribui para o avanço do processo de aprendizagem e do modelo de aplicação de questionários. Desse modo, algumas perspectivas foram levantadas, por meio destas notamos que o processo organizacional do tempo de espera na unidade de saúde da família é desorganizado, ademais, os serviços ofertados não são bem utilizados pelos usuários. Além disso, os agentes comunitários relataram a percepção de que não são bem acompanhados no âmbito nutricional e psicossocial. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Constatou-se que os processos realizados pelas UBSs têm eficácia relativa, visto que seus serviços atendem às expectativas da comunidade em vacinação e acompanhamento pré-natal, porém o sistema está defasado em acesso à saúde odontológica, psicossocial e à medicamentos, bem como ausência de discernimento sobre segurança alimentar e nutricional, mas, principalmente, sobre a exposição à surto de doenças, contaminações e riscos sanitários. Nota-se resistência do grupo populacional ao receber encaminhamento para atenção secundária



Anais da IX Semana da Diversidade Humana
Centro Universitário São Lucas – PORTO VELHO, RONDÔNIA – DE 07 a 09 de
outubro de 2024

com especialistas, pois apesar de receberem visitas regulares dos agentes comunitários quanto à atenção primária, realizarem triagem nas unidades e serem marcadas consultas, a comunidade não adere, o que ocasiona agravamento do quadro clínico. Ademais, há propagação de um sentimento de abandono do Estado por parte dos agentes comunitários de saúde, haja vista que carecem de salubridade no ofício, recursos hospitalares que atrasam e/ou impedem o desenvolvimento dos serviços e sobrecarga laboral. Porém, predominantemente, os agentes entrevistados concordam que as campanhas de imunização são oferecidas com êxito para a população. **CONCLUSÃO:** Portanto, com o desenvolvimento do questionário, registrou-se que o Sistema Único de Saúde possui desproporcionalidade na promoção de saúde na atenção primária, visto que a população e os agentes comunitários são desassistidos pela integralidade proposta pela lei orgânica do SUS (lei nº8.080, 1990), entendido como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos individuais e coletivos exigidos para cada caso em todos os níveis e de complexidade dos sistemas.

Palavras- chave: UBS. Promoção de Saúde. Atenção Primária. Direitos Humanos.